

Cassiano Ricardo: Marcha para Oeste e Martim Cererê um projeto de Estado Autoritário

George Leonardo Seabra Coelho

Resumo

Este artigo tem o intuito expor uma breve avaliação sobre a relação entre literatura modernista e a política no Brasil no século XX. Nosso intuito será perceber como algumas correntes da literatura modernista – principalmente o verdeamarelismo e o pensamento de Cassiano Ricardo – se relacionaram com o governo autoritário instaurado depois de 1930. No que concerne a obra de Cassiano Ricardo, iremos avaliar como o tema da Fronteira e ocupação do território foram apropriados pelo governo Vargas como saída para o atraso econômico do país. Assim, propor que esses temas que ganharam muita atenção do governo Federal na década de 30 e 40 permaneceram em projetos de desenvolvimento nas décadas de 50 e 70.

Palavras chaves: Bandeirante, nação e Estado.

Alguns pensadores envolvidos com o Estado Novo como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna tinham como preocupação central a reforma do Estado para transformá-lo em agente de modernização econômica, integração política, social e regional. Neste artigo iremos avaliar como Cassiano Ricardo pensava o modelo de Estado para o Brasil e como em certa medida seu discurso foi apropriado pelo governo Vargas na década de 30 e 40.

O ingresso na redação do *Correio Paulistano* de 1923 a 1930, marca o encontro de Cassiano Ricardo com Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, dois dos líderes do grupo modernista chamado “Anta”. Em São Paulo a ação dos órgãos de imprensa eram bastante atuantes, tanto na literatura quanto na política, juntamente com o *Correio Paulistano* outros jornais tinham grande repercussão no que se refere as lutas ideológicas sobre questões sociais no Brasil, pois eram os principais meios de comunicação. Segundo Capelato (1980), M. do Carmo C. de Souza, Boris Fausto, Paulo Sérgio Pinheiro mostram como nos anos 20 são visíveis os sinais de reformulação do sistema político republicano. A autora avalia que nas duas primeiras décadas do século XX também se tornou mais acentuada as tentativas de compreender a sociedade brasileira com mais realismo. A obra de Euclides da Cunha, na medida em que retrata com menos fantasia e mais veracidade o homem do Sertão, foi apontada como “expressão dessa tentativa que se tornou mais acentuada no movimento modernista da década de 20” (p.119). Neste sentido,

a formação de “elites intelectuais”, capazes de discernir e equacionar os problemas brasileiros, liga-se ao desenvolvimento da consciência nacional e à própria elaboração da cultura do país... caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a “opinião pública” (CAPELATO: 1980, p.122-123).

Todos os grupos envolvidos neste debate defendiam a posição primordial dos intelectuais no comando das decisões políticas. Cassiano Ricardo ligado posteriormente ao grupo modernista de Menotti e Plínio não fugia a essa tendência, visto que na década de 30 e início da década de 40, este autor se tornaria um dos principais ideólogos do discurso doutrinário da política autoritária do governo Vargas. A carreira literária deste intelectual começou, realmente, pelo treinamento parnasiano, e em seguida enveredou

pela experiência modernista. Em sua fase modernista, pós-25, passou a ser um polemista em prol das modernas formas de escrita e, sobretudo, de uma poesia de sentido nacionalista e atuante no campo das decisões políticas (CORRÊA: 1976).

Segundo Ferreira (1970), Cassiano Ricardo aderiu às sendas abertas por 22, rejeitando princípios ou deles se aproximando, movimento marcado pela tentativa de abandonar as estéticas de periferia e caminhar para o diálogo interior e para a “participação” dos intelectuais na vida social e política do país. Na concepção de Renard Perez (1979) o grupo nacionalista ao qual Ricardo aderiu combatia os “ismos” literários europeus e procurou fazer do próprio Brasil o motivo direto e vivo de uma nova experiência artística. Compunha o grupo além de Cassiano, Menotti de Picchia, Plínio Salgado, Candito Mota Filho e Paul Bopp. Dessa fase, a obra mais representativa do autor analisado aqui foi *Martim Cererê*, obra que estava ligada ao espírito renovador da época, apresentando inovações tanto no campo da literatura, quanto no campo político, principalmente ao dar destaque a importância do café e da supremacia de São Paulo em relação aos outros Estados da federação.

Corrêa (1976) afirma que para Cassiano Ricardo o movimento de 22 não encontraria em outra parte do Brasil habitat mais propício do que São Paulo. E enumera vários fatores, entre os quais, o espírito renovador bandeirante. Segundo Ricardo o Bandeirante era avesso a literatura e, portanto, mais inclinado do que qualquer outro a promover um gesto de libertação literária ou antiliterária. Seguindo essa concepção, essa tendência antiliterária inerente ao movimento Bandeirante iniciado no século XVI, explica a Semana de Arte Moderna. Desta forma, São Paulo procurou se manter imune às infiltrações das escolas literárias importadas da Europa, a única exceção desta influência estrangeira, segundo Cassiano Ricardo, foi o Romantismo, exatamente por ser uma tendência antiliterária.

Jerusa Ferreira (1970) lembra que no Brasil a palavra “modernismo” designava um conjunto de correntes de reação ao Parnasianismo e o Simbolismo. Esse movimento possibilitou segundo a autora, “o surgimento de uma originalidade diferenciada em vários setores da vida cultural, além de uma consciência crítica. O ‘Martim Cererê’, na sua primeira fase, atesta esta procura de um original individuante” (p.14), essa tendência é a primitiva fase de ufanismo brasílico do poeta Cassiano Ricardo. Para que seja possível uma melhor definição do Modernismo no Brasil é importante perceber que neste conjunto de correntes

a exaltação de um nacionalismo, o culto das lendas, os primeiros estudos organizados de folclore, o desenvolvimento do romance regionalista com pretensões universalizantes, correspondiam, como se sabe, ao desenvolvimento e afirmação de uma nação que se preparava para experimentar o surto industrial e o seu lugar no conjunto universal (FERREIRA: 1970, p.19).

A corrente a qual Ricardo aderiu defendia uma nova tomada de posição no movimento iniciado em 22 que ia se afastando das suas raízes brasileiras. Ricardo publica o primeiro livro no estilo nacionalista, *Borrões de Verde e Amarelo* e *Vamos caçar papagaios* ambos pela editora Hélios Ltda de São Paulo. Na concepção de Corrêa (1976) nesses livros o poeta utiliza uma linguagem voltada ao nacional, quem afirma isso é o próprio poeta, definindo essas obras como sendo voltadas para um “nacionalismo romântico” (RICARDO: 1974). Esses dois livros de feição nacionalista preludiam o lançamento de *Martim Cererê* em 1928. Por esse livro Ricardo recebeu

carta oficial de Getúlio Vargas em 28 – no momento ocupando o cargo de Presidente do estado do Rio Grande do Sul – parabenizando-o pela publicação do livro com os dizeres:

Tenho o prazer de lhe apresentar effusivas felicitações pela publicação de seu livro “Martim Cererê”, que se dignou de me enviar e que já li com **interesse e proveito**. Queira o Illustre Patrício, **forte expressão da mentalidade nova do Brasil**, aceitar, com agradecimento cordial, a *segurança* do meu apreço e admiração (GRIFO NOSSO. In. MONTEIRO: 2003).

Vemos como o governante sulino e futuro chefe de Estado, afirma o interesse e proveito pela “forte expressão da mentalidade nova do Brasil” exposta por Ricardo, pois em *Martim Cererê* o poeta além de cantar a fusão das raças como base da democracia no Brasil, também exprime liricamente o papel de liderança do bandeirante na marcha histórica rumo ao Oeste. O escritor também poetiza a força do café juntamente com o processo de industrialização, além da integração do interior do país, pois em seu poema, são pelas botas dos Bandeirantes que corre a expansão da fronteira rumo ao Oeste, onde todas “as léguas que ainda apouco se enrolaram nas botas dos gigantes também estão dormindo” (As pedras verdes – RICARDO: 1983, p-89). No mesmo ano da publicação deste livro, Ricardo foi nomeado Censor Teatral e Cinematográfico do Gabinete de Investigação, da Repartição Central de Polícia pelo Presidente do Estado de São Paulo em 1928, entrando para a carreira pública e abandonando definitivamente a advocacia. Acumula com essa nova atividade o seu trabalho jornalístico no *Correio Paulistano*, onde permaneceu até o fechamento pela Revolução da Aliança Liberal.

O poema *Mertim Cererê* narra a despedida da era agrária, do Brasil essencialmente agrícola, em um momento em que os alicerces rurais do Estado estão sendo abalados, e a soberania de São Paulo em relação ao conjunto nacional. No último poema do livro isso fica claro.

Por fim cresci. Hoje sou gente grande.
Sou comissário de café. Tenho viadutos encantados.
Minha cidade é esse tumulto colorido que ai passa
Levando as fábricas pelas rédeas pretas da fumaça! (Brasil-Menino – RICARDO: 1983, p-153)

E é nessas circunstâncias que Monteiro (2003) considera a obra *Martim Cererê* como um “poema épico-lírico” que apresenta de forma fantástica o tema principal, ou seja, a integração das três raças na Bandeira influenciando o Brasil moderno. O tema é organizado dentro de um esquema, onde a mitologia indígena marca o encontro lírico de duas culturas às quais veio se juntar uma terceira, o negro. Na concepção do autor, o poema *Martim Cererê* se divide no mítico, no heróico e no histórico. Ricardo (1983) em avaliação posterior está ciente disso, pois “o Martim Cererê, conquanto moderno (ou modernista), tem muito de primitivo, de mitológico” (p-161), e conclui, quis “eu fazer um poema apenas ‘brasileiro’, e foi o que fiz” (Idem: p-162) daí “Martim Cererê como conciliação, em que colaboraram as três raças de nossa formação inicial. É o Brasil-menino. Ou melhor, o mito do Brasil-menino” (Idem: p-163). Brito (1995) avalia que a obra propunha uma visão épica da história pátria, exaltava o bandeirantismo, buscava uma mitologia nacional, vinculando à civilização cafeeira e à civilização industrial, principalmente no que se refere ao embate entre o rural-arcaico e o urbano-industrial, e afirma que o poema é

um produto eufórico de um momento eufórico, de um instante de crescimento, de formação de uma consciência de grandeza. Cantava uma raça nova, produto da miscigenação, raça que fora anunciada pelos modernistas... um tipo especial de brasileiro... do branco, do preto, do índio e de todos os imigrantes. É canto nascido da crença na ‘democracia biológica’, inventada, aliás, pelo próprio Cassiano Ricardo, ou seja, a democracia fundada na ausência de preconceitos de sangue. A idéia de uma raça resultada da síntese de todas as que fecundavam o país (Idem: p.9).

Ao analisarmos a obra podemos perceber a expressão de uma cosmovisão do homem brasileiro. Ferreira (1970) lembra que o poema nasce em uma época de culto ufanista do passado e louvação irrefreada das sociedades primitivas. O ideário do poema não se constituiu num avanço nem eleger destruição, ele procura exaltar a fusão das “raças” contra a soberania de qualquer uma delas. O poema também é importante, não só pelo fato de se perceber os limites entre o tradicional e moderno, mas devido ao fato de que nele podemos perceber a “heroização dos dilatadores, a marcha mística-mítica e predestinada para o Oeste” (FERREIRA: 1970, p.49), ou melhor, a “representação poética da dilatação e alargamento da fronteira brasileira” (Idem: p.58), pois esse é outro dos principais motivos que formam o conjunto épico do poema, isto é, a configuração geográfica do Brasil. Este ponto para nós é de suma importância, pois a noção de dilatação da fronteira e conquista do território será retomada mais a frente, principalmente em seus ensaios *O Brasil no Original*, *Marcha para Oeste* e *O Homem Cordial*.

É bom deixar claro que o livro foi modificado ou acrescido de novos trechos de edição para edição. Ferreira (1970) considera que um processo muito usual na reforma a que tem o poeta submetido o seu texto é a aglutinação de poemas ou a fragmentação dos mesmos. Estas alterações de certo modo dificultam o estabelecimento ou o adentramento mais imediato nas unidades poéticas a serem estudadas, mas por outro lado revela uma busca incessante de caminhos e as várias correntes poéticas pelas quais passou o escritor. Vemos então que seria impossível julgar o poema a partir da leitura de uma de suas edições ou estudar à luz de uma construção “modernista”, pois muitas das reais incorporações, poderiam parecer avançadíssimas e inusitadas para o suposto tempo de sua construção inicial (FERREIRA: 1970). Dando continuidade as considerações de Ferreira (1970), consideramos que se opõem dois planos configuradores do discurso: o narrativo e o descritivo, o sintético e o analítico, o adensante e o defasante. Importante é lembrar que muito do que foi reintroduzido, ou conservado, foi em função da não desfiguração de um poema tão profundamente modificado, e que de qualquer maneira pôde conservar-se fiel a uma orientação inicial.

No geral transformou-se o poema em densidade. Ferreira (1970) considera que “do poema inicial chegamos a outro que é resultado do labor incessante do poeta, que foi sedimentando através de um caminho que abrange experiência dos idos da década vinte-trinta aos nossos dias” (p.10), isto é, na década de 1970. Segundo a autora, nesta longa construção poemática, pode-se considerar que no discurso que é o poema em sua globalidade, conservou-se e manteve-se uma atitude épica, isto é, uma visão do passado por parte de um narrador onisciente que projeta a realização para o futuro. Desta forma, o problema das profundíssimas alterações sofridas em sua longa história,

é que, sendo a esta altura, ou pela altura da última edição, o M. C. é a síntese de um caminho poético e marca várias épocas, incorporação de estratos sucessivos, acumulação das diversas fases que lhe imprimiu o poeta em sua interminável e relevante fundição, colocamo-nos diante de um corpo eclético, difícil de analisar à luz de um “modernismo brasileiro” (FERREIRA: 1970, p.34).

Ao avaliar o poema ao longo do tempo podemos perceber que também é aproveitada parte dos ensaios sobre o bandeirantismo, não podendo às vezes, segundo Ferreira (1970), mostrar onde termina o poeta e começa o ensaísta e vice-versa. Visto que os temas expostos no poema são tratados com a mesma intenção nos ensaios, ou melhor, temas como a fusão das três raças, o alargamento da fronteira como sendo elementos inerentes a sociedade brasileira do século XX e o comando de uma liderança forte. A autora avalia que Cassiano Ricardo elaborando ou reelaborando seu poema, cortando ou acrescentando, retirando ou colocando versos, ainda consegue e pretende manter o clima da época medular do poema deixando a mensagem de um ufanismo lírico, de certo saudosismo de um passado que estamos assim conscientes de ter (FERREIRA: 1970).

Quanto ao regresso ao passado e a perspectiva do futuro, em *Martin Cererê* o diálogo entre o Gigante e Caminá expressa essa busca.

Gigante – como vencerei, no futuro?

Cominá – Só no dia em que não houver fábula, nem fronteira, nem ouro (Canimá, O Feiticeiro – RICARDO, 1983: p-77).

Observe como Cassiano Ricardo constrói esta relação tendo como uma das principais metáforas a fronteira, pois ela representa um dos objetivos para que se tenha o sucesso esperado no futuro. Em outro poema esse pressuposto fica evidente:

Desde o começo do mundo

a esperança fica a oeste...

No Oeste é que o homem situa

A outra terra, a da alegria

Que não é sua. (A Zanga DÉL-REY – RICARDO: 1983, p.97).

Neste outro poema o “Oeste” e a “Fronteira” se situam como locais de realização, e mais, ocorre também a oposição geográfica entre o interior e o litoral, isto é, a oposição entre o oeste – local de esperança – e o litoral – *lócus* visto como responsável pelo atraso. Podemos considerar, seguindo o raciocínio de Corrêa (1976) que Cassiano Ricardo parte do regional para o universal – São Paulo, interior-sertão e Brasil. Segundo Sousa (2008) em *Martin Cererê* (1928) Cassiano Ricardo, procura tomar como eixo a releitura mítica da memória nacional para alcançar a representação da totalidade do povo brasileiro. Para o autor, a partir do início do século XX a literatura brasileira passa a sentir a necessidade de se auto-analisar na busca de sua identidade, refletindo sobre suas próprias peculiaridades dos traços distintivos da cultura nacional. Segundo Sousa (2008), para alguns intelectuais ocorre a preocupação de recriar as “histórias” ideologicamente compatíveis com as instâncias nativistas e autonomistas do país, “tendência que se associa a uma sentida nostalgia das origens, daquele tempo sem tempo, mítico e utópico, em que os homens... viviam numa espécie de paraíso primogênito” (p-4).

Acompanhado o raciocínio de Sousa (2008) *Martim Cererê*, além de oferecer um mito que se propõe a explicar as origens do Brasil, ambiciona revelar os eventos que compõem a formação étnica do povo brasileiro. A obra reforça o que se pode denominar de “Mito das Três Raças”, segundo o qual a nação brasileira teria se formado a partir do encontro harmonioso das raças indígena, européia e negra, originando um personagem emblemático: os “Gigantes de Botas, pois

Formando uma nova gente,
que o mundo não tinha visto
antes e depois de Cristo,
partem, com a suas Bandeiras
que são grupos agrerridos
de brancos, índios e pretos,
todos nascidos, de novo
no sangue de um mesmo povo,
cada um valendo por três,
ou todos de uma só vez,
partem levando nas botas
um barulhão matutino
para o mais vário destino... (Tropel de Gigantes - RICARDO: 1983, p-59).

As três primeiras partes do livro dão atenção ao relato da formação do Brasil. As demais focalizam a colonização do país, dando destaque à aventura épica dos bandeirantes, nas suas “marchas para o oeste”. Sousa (2008) avalia que a elaboração temporal do poema, ao reporta-se ao passado, é acompanhado por uma diáspora em direção ao futuro. Concordamos com o autor, pois *Martim Cererê* se desenrola num percurso temporal que tem como ponto de partida um período primitivo e ponto de chegada a modernidade, especificamente o século XX. Nesse sentido, a construção de um passado mítico revela-se extremamente essencial, pois o seu resgate, seja no presente, seja no futuro desempenha a função de alentador, de horizonte de esperança para a sociedade brasileira.

O reconhecimento dos feitos dos heróis resulta na percepção de que, desses feitos, surgiu o Brasil como pátria, histórico e geograficamente. Ou seja, o percurso heróico, que começa com o Brasil – menino, completa-se com um Brasil – adulto, consciente de si e de sua origem. O poema é constituído sob uma espécie de seqüenciamento interminável de um entrosamento progressivo composto em torno do núcleo da grande metáfora central, ou seja, a preparação do clímax do poema, que é a heroização dos dilatadores, a marcha místico-mítica e predestinada rumo ao Oeste. É

Como que a voz do Oeste lhes falava
ainda tonta de clamor matutino:
só não irão
os que não ouvem a chamada do destino (A esperança mora ao Oeste – RICARDO:
1983, p-99).

Em outro poema:

Pra onde vão? Não sabemos
É uma voz que nos chama
E é esta voz que dirá nosso fim.

E os Gigantes partindo pro mato (O “sem-fim” – RICARDO: 1983, p-68).

E por isso,

... em toda Caminhada,
De quem se vai pelo sertão,
Seja quando for, ou por onde for,
Ou seja noite, ou madrugada,
Há uma montanha, toda verde,
Sempre mudando de lugar,
Só pra o fazer caminhar. (O Gigante N°7 - RICARDO, 1983: p-119).

Pois com o nascimento dos “Gigantes de Botas” o novo povo resolve realizar uma arremetida mato adentro e os aventureiros percebem que

agora o sertão está dormindo...
Todas as léguas que ainda a poucos
se enrolavam nas botas do Gigante também estão dormindo que nem cobras
enrodilhadas
nos anéis das futuras estradas... (As pedras verdes – RICARDO: 1983, p-89).

Em outro poema as ações dos gigantes são contadas.

Que era assim mesmo, cada bandeirante.
Uma brutal tempestade de gente
Que, por onde passava, ia deixando
Seu longo rasto de cidades brancas
Azuis ou tristes, pretas ou douradas (Gigante N° 3 - RICARDO: 1983, p-88)

Seguindo a concepção espacial frente a um espaço objetivo geografizado e minuciosamente descrito, podemos concluir que o poema também se ubíqua tanto no Brasil do Litoral como no do “sertão antropófago”. Nesta relação espaço-temporal, o tempo, segundo Ferreira (1970) também é o objetivo entrosado num enfoque histórico especial. Quanto à justaposição de dois planos temporais abruptos e de dois planos cronológicos distantes que se interseccionam – passado e futuro – a autora considera que não se pode interpretá-las apenas com um recurso de modernidade – ou seja, o tempo moderno em relação a um paraíso já experimentado – mas como um processo característico épico, isto é, a inversão do mesmo e a antecipação do futuro (FERREIRA: 1970, p.60).

Em “Canção Geográfica” o poeta expõem esta relação, pois o gigante nasceu “junto da Serra e de costas voltadas pro mar” (RICARDO: 1983, p-146) e prefere “varar o sertão que é o... destino singular” (Idem) ele é “um simples bandeirante nascido de costas pro mar” (Idem, p-147). Eles são

Heróis geográficos coloridos que irão cruzar o chão da América inculta ainda oculta, em todos os sentidos.

Gigantes tostado da manhã;
Gigante marcado com o fogo do Dia;
Gigante mais preto que a noite... (A Raça Cósmica – RICARDO: 1983, p-56).

Considerando a análise de Ferreira (1970), outro elemento importante no poema é o cuidado dado ao herói. Este é tratado na sua representação psicológica ocorrendo a aproximação com a figura do “Caçador de Esmeraldas”. A personificação do herói na gesta das bandeiras é narrada “não só a sua ação, mas o seu ser, não só o que fazia ou era, também o que parecia” (p.95). A autora avalia que no poema observa-se que do ser em sua configuração à sua ação é o que dá sentido a trajetória do personagem, pois ao narrar a ação dos gigantes ocorre “a versão dialética das coisas (ser herói ou bandido)” (p.149).

E se a terra mudasse de fronteira?
Seria herói ou réprodo, conforme
a terra que estivesse os seus ossos...
Pois quem caminha e leva uma fronteira
nos próprios pés, caminha dividido:
de um lado é herói, do outro é bandido (O último gigante – RICARDO: 1986, p-125).

No poema fica claro a busca pela complementação do processo histórico heroizante, vindo daí toda uma enumeração de tipos regionais que fazem parte da gesta, co-partícipes da grande aventura paulista rumo ao Oeste, segundo a tese de Cassiano Ricardo. Considerando a pretensão de enumerar os tipos regionais e sua participação na aventura histórica das Bandeiras, Ferreira (1970) defende que temos aqui a anulação dos limites entre o ensaio e o poema, visto que neste processo, ou seja, a enumeração dos tipos ideais e sua participação nas bandeiras, Cassiano Ricardo procura ao longo das várias edições fundirem-los. Em o “Bandeirante Euclides” – muito posterior à gênese inicial do *Martim Cererê* e incorporado em seu ensaio *O Homem Cordial* da década de 1950 – lê-se a explicação que dá o poeta da gênese de seus heróis. Tal explicação se resume na afirmação de uma constituição étnica do grupo através dos objetos de manufatura e utilização popular, onde tal tipo social, derivado das trocas culturais, se concretiza dando um sentido para integrar mais perfeitamente o herói as diversidades regionais em um poema que busca a universalidade. Outro ponto de destaque no poema que também compõem as obras ensaísticas de Cassiano Ricardo é o caso das situações fronteiriças personificadas na imagem do caminho.

O acontecimento no interior da narrativa se estrutura num mundo de dimensões espaço-temporais concretas, onde o centro da existência descansa nas profundezas do passado (FERREIRA: 1970, p.64). Nestes termos,

o Martim Cererê nem é um poema ingenuamente lírico, nem apenas épico... podemos concluir que: heroizando ou mitificando criaturas e transformando-as em veículos de uma audácia intrépida, o poema já os está transformando e aproximando ao ritmo organizado da fatura de uma epopéia (FERREIRA: 1970, p.64)

Desta forma, Ferreira (1970) conclui assim como os personagens se comportam no percurso de uma parte a outra, ele é o homem bíblico multiplicado, futuro, presente e passado. Do homem ao próprio homem, ou de uma metáfora a outra de si mesmo... a diversa face do homem que é um só... um processo intermediário entre a metáfora e a metonímia. Ver “heróis” e reparar no processo de sua configuração (p.114).

Outro elemento do poema é o café, visto por Ferreira (1970) como outro grande elemento construtivo, e reportando-se principalmente para uma regionalização específica. Essa mesma preocupação ressurgue em outros trabalhos do autor. O que chama a atenção de Ferreira (1970) e também o nosso é o tratamento plástico e geográfico que o assunto referente a nação recebe no poema, e acreditamos ser este um clichê de época, isto é, a alusão ao termo sertão e fronteira.

Quedê o sertão daqui?
Lavrador derrubou.
Quedê o lavrador?
Está plantado café.
Quedê café?
Moça bebeu.
Mas a moça, onde está?
Está em Paris.
Moça feliz.

Vemos neste poema um argumento evolutivo que define um local – dentro da cultura intelectual do período, considerado vazio – que é conquistado, apropriado e inserido na produção com a produção cafeeira. Esta produção localizada principalmente na região de São Paulo reafirma a supremacia econômica em relação ao todo da nação, visto que o principal produto da região está sendo comercializado no outro lado do atlântico. E na própria capital paulista se pode ver

Café espresso – está escrito na porta.
Entro com muita pressa. Meio tonto,
por haver acordado tão cedo...
E pronto! Parece um brinquedo...
cai o café na xícara pra gente
maquinalmente.(Café expresso – RICARDO: 1983, p-148).

Aqui a questão do café é retomada, já em um momento do poema que o Brasil já tem consciência de si, saiu da infância e está inserido no mundo da máquina. E é principalmente isso que coloca o paulista como o mais apto a se enquadrar com o mundo moderno, com a rapidez da máquina. Não Há tempo para pensar em paixões, pois esse moderno herdeiro das bandeiras dos gigantes e do café agora está

Com pressa. Muita pressa.
Amanhã já desceu do trigésimo andar
Daquele arranhacéu colorido onde mora.
Ouço a vida gritando lá fora!
Duzentos réis, e saio. A rua é um vozerio.
Sobe e desce de gente que vai pras fábricas.

Pralapracá de automóveis. Buzinas. Etréiros... (Café expresso – RICARDO: 1983, P-148)

Ianne (1986) percebe que nas primeiras décadas do século XX formaram-se novos grupos sociais, grupos que defendiam interesses distintos aos da burguesia nacional e internacional, ambas vinculada à cafeicultura exportadora. Esses novos

grupos são oriundos de uma reorganização sócio-política derivada do início do processo de industrialização em alguns setores da economia, da urbanização e do surgimento de uma frágil burguesia industrial. No interior dessas novas relações, é que se pode avaliar as precondições políticas que assinalam a Revolução de 1930, onde a Depressão Econômica Mundial de 1929-1933 desempenhou um papel decisivo neste fato. Segundo Ianne (1986), todas os grupos sociais – inclusive a própria burguesia associada à cafeicultura – foram obrigadas a tomar consciência das limitações econômico-financeiras inerentes a uma economia voltada fundamentalmente para o mercado externo. Desta tomada de consciência é que se iniciam as formulações contra a influência internacional tanto na econômica e política, quanto nas artes, apontando a forma de governar da República instaurada em 1889 como a principal responsável pela situação nacional.

Ianne (1986) considera que antes de 1930 o sistema político e econômico brasileiro já se defrontava com problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, isto é, economia basicamente produtora de gêneros primários para exportação, além da carência de um mercado interno consumidor. A República de 1889 desabou sob o peso de suas dissensões internas e da pressão provocada pela crise da economia mundial (SKIDMORE: 1969). É bom lembrar que a Revolução de 30 não é caracterizada uma revolução popular, nem sequer uma revolução de minorias com objetivos populares, mas sim um movimento organizado por grupos heterogêneos da classe dominante descontente com a República. Neste contexto, após 1930 o Estado se preocupa cada vez mais com o desenvolvimento da economia nacional e não com alterações concretas nas diferenças sociais.

A década de 30 é considerada a divisora de águas no cenário político e econômico no Brasil, pois a remodelação da economia frente às mudanças econômicas globais e o início da consolidação econômica baseada no desenvolvimento da indústria possibilitaram o surgimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil. No que concernem as novas relações entre o Estado e a sociedade, Ianne (1986) propõem que nos anos posteriores à Revolução de 1930, foram se alterando as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro. Devido à derrota, ainda que parcial das oligarquias dominantes, a Revolução procurou consolidar a ruptura entre o Estado e a sociedade oligárquica, exposto na acentuação dos seus conteúdos burgueses, em confronto com os elementos sociais, culturais e políticos de tipo oligárquico. O que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 na concepção do autor, é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês no Brasil.

Monteiro (2003) lembra que durante a Revolução Paulista de 32, a todo o momento ouviam-se no rádio os poemas que pertenciam ao livro *Martim Cererê*, estes poemas eram recitados por radialistas famosos ou por moças da sociedade paulista. Principalmente os poemas Brasil-menino, Exortações e Piratininga, pois estes enchiam de “justo orgulho patriótico” os que colaboravam na reconstitucionalização do país e a volta do papel de destaque que São Paulo exercera no cenário nacional. Em trecho isto fica claro, pois naquele “palmar tristonho que vês ao longe os profetas da liberdade antecipam o meu sonho”, mas na realidade foi no sertão “foi onde o conquistador fundou o país da Esperança” (Exortação – RICARDO: 1983, p-151). Em Brasil-menino a cidade é lembrada pelo barulho “fantástico de um mundo que saiu da oficina. Grito metálico de cidade americana, Vida rodando fremindo batendo martelos com músculos de aço” (RICARDO: 1983, p-154). Poemas que “cantam” a liberdade de uma sociedade moderna e forte. É importante lembrar que *Martim Cererê* “canta” o espírito

bandeirante pertencente aos paulistas, colocando estes como os principais responsáveis pela expansão do território brasileiro, além de poetizar o café e a industrialização como elementos da força de São Paulo em relação aos outros estados da Federação.

No que concerne a questão referente a reconstitucionalização do país, Ricardo a resolveu avaliando que autoridade e liberdade não são conceitos que se pensam separados. E a harmonia entre esses dois pontos foi experimentada nas Bandeiras paulistas, onde um “é irmão do outro, por força daquela dor coletiva que a todos chumba e congrega na grande bandeira cega que arrasta seus próprios ossos até a última agonia” (O Gigante Nº 5 – RICARDO: 1983, p-110). Esse grupo terra-adentro é o verdadeiro fundador do Estado brasileiro, e é nela que se pode encontrar a gênese da “democracia brasileira”. E já em relação ao comunismo, a Bandeira acabou com o comunismo primitivo dos índios e negros aquilombados trazendo-os para o interior do Estado em miniatura.

Em *O Brasil no Original* podemos encontrar em forma doutrinária e polêmica o germe das idéias defendidas pelo autor no movimento político organizado em 1936 intitulado “Bandeira”. O Estado brasileiro – na concepção do escritor de *O Brasil no Original* – “não podia vir de fora, trazido a bordo de uma caravela. Tinha que nascer da terra, seria uma necessidade imposta pela vida e com o colorido social que o mundo novo oferecia pra servir de ponto de referência” (O Brasil no Original, RICARDO: 1936, p.106). Nas palavras do Presidente Vargas em 7 de setembro de 1934, por ocasião da cerimônia do juramento à Bandeira Nacional, esse ponto já era afirmado, pois a

formação do Brasil vale por mais luminoso testemunho das virtudes da raça que se levanta... Somos o resultado de quatro séculos de energia perseverante que, através de lutas e sobressaltos, vencemos os óbices da natureza agreste e os entraves das ambições humanas, vigiando, no litoral e nas fronteiras, as agressões estranhas, preservando, no interior, a obra e o esforço das gerações passadas, conseguiu conquistar e defender um dos mais dilatados impérios do mundo! (GUASTINI: 1944, p-40).

O modelo para um governo forte no Brasil, segundo Ricardo deveria ter características eminentemente nacionais, e esta característica só poderia ser encontrada no passado histórico brasileiro, ou seja, nas Bandeiras paulistas que conquistaram o sertão para o Brasil. Somente nela iríamos encontrar “os lineamentos de um Estado democrático, social e nacionalista: um Estado moderno, baseado no culto da tradição e do heroísmo” (O Brasil no Original, RICARDO: 1936, p.106). Nas palavras de Vargas no mesmo discurso citado acima, a “conquista do território, feita por esses rudes exploradores... o ímpeto dos bandeirantes... ia fluindo, silenciosamente e obscuramente, nas entranhas da Nação” (GUASTINI: 1944, p-40). Neste sentido, Vargas convoca todos os brasileiros a se unirem “cada vez mais. Da vossa colaboração infatigável surgirá um Estado forte coeso, capaz de promover a ventura e a fortuna da coletividade. Acima dos ódios e das rivalidades, acima dos partidos e das competições, paira a imagem da Pátria” (GUASTINI: 1944, p-42). Segundo Lenharo (1986), em Ricardo a marcha para o Oeste que leva o país ao encontro de suas origens lhe permite poder vencer ideologias e imperialismos estrangeiros. Manter o Brasil no original, na obra de Ricardo e no discurso de Vargas passa pela valorização de caminhar para o interior e defender as portas do litoral à infecção ideológica e sua ação dissolvente na originalidade brasileira.

Nas palavras do próprio Ricardo, caminhar para o Oeste é “um gesto legítimo de defesa contra os que não trepidam em transformar o nosso país numa caricatura fascista

ou comunista” (Brasil no Original, RICARDO: 1936, p-143), pois segundo Lenharo (1986), o inimigo externo na concepção de Ricardo é uma ameaça na medida que infiltra na sociedade brasileira a contradição social e a oposição de classes, inexistentes no original.

Reunindo vários ensaios sobre a problemática política e social da época, *O Brasil no Original* é precedido por um denso estudo sobre o papel do bandeirantismo na formação democrática do povo brasileiro. Monteiro (2003) considera que nesta obra fica clara a emissão de conceitos muito pessoais do autor, principalmente sobre as deformações do Brasil feitas pelo estrangeirismo. Nas palavras do próprio Cassiano, uma “democracia que não garantisse a democracia seria um absurdo simplesmente monstruoso” (O Brasil no Original, RICARDO: 1936, p.256). Esta tese também foi apropriada pelo governo Vargas para justificar a Lei de Segurança Nacional após 1935. Em discurso – intitulado “Contra os Extremismos de Esquerda” – em saudação ao povo brasileiro nos primeiros minutos de 1936, reafirma que a nação deve ser fiel “ao culto da disciplina e da obediência aos poderes constituídos, ao devotamento pela segurança pública e pela integridade da soberania nacional” (GUASTINI: 1944, p-61). Anos depois Getúlio Vargas declarou que as teses – a organização política baseada em um Estado Forte, a relação entre liberdade e autoridade, e a negação de ideologias estrangeiras, entre outras – postas em *O Brasil no Original* eram as mesmas do Estado Novo decretado em 1937, isto é, a idéia principal a favor da construção de uma “democracia social, genuinamente brasileira” (MONTEIRO: 2003; Corrêa: 1976).

Este livro publicado em 1935 e reeditado em 36 abriu caminho à elaboração da *Marcha para Oeste* publicada em 1940. Em vários capítulos, sobretudo a primeira parte – “A Bandeira caminhando no tempo” – são esboços isolados do grande painel que o autor fixaria em 1940, são as linhas definitivas do seu estudo sobre a Bandeira em termos sociológicos. Segundo Corrêa (1976), esse livro, mesmo reunindo vários ensaios sobre a problemática política e social da época, e de um estudo sobre o papel do bandeirismo na formação democrática do povo brasileiro, não se pode destacar a experiência iniciada em *Martim Cererê*, isto é, no ensaio

Explicação que procura em sua idealização da aventura Bandeirante rumo ao Oeste, afirmar que autoridade e liberdade formam um par que garante a Democracia tipicamente brasileira. Neste sentido, Ricardo lança mão de uma idealização do passado para construir um sentido histórico que justifica o exercício da liberdade sob a tutela de um Governo forte, Governo este que reflete a herança da autoridade do chefe da Bandeira na formação e organização do Estado brasileiro.

Após a Intentona Comunista e a promulgação da Lei de Segurança Nacional, Cassiano Ricardo juntamente com Menotti Del Picchia, Mario de Andrade, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal, Monteiro Lobato, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Valdomiro Silveira, Paulo Prado, Afonso Taunay e outros, fundam a “Bandeira”. Segundo Corrêa (1976), este foi um “movimento cultural cujo o objetivo era ‘organizar o pensamento original do país para o pacífico reajustamento das condições de vida do nosso povo dentro dos fundamentos sociais e políticos do mundo moderno’.” (p.89). O movimento não desejava conquistas político-partidárias no governo, pois seus membros afirmavam que o caráter do movimento era eminentemente cultural.

A “Bandeira”, porém, não era um partido político-eleitoral ao nível do Integralismo, mas um movimento de educação da opinião pública no campo das idéias e nas orientações políticas e sociais, pois segundo o Manifesto, “é indispensável

retomemos o nosso pensamento através da tradição bandeirante”. E mais, e necessário atender-se “ao sentido deste pensamento; é imprescindível que o coloquemos em função social e política, isto é, ao serviço de uma grande causa que é a preservação da originalidade brasileira contra as influências estranhas que pretendam deturpá-la” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.389).

Em *O Brasil no Original* Cassiano Ricardo dedica um capítulo à avaliação da Semana de Arte Moderna e demonstra o fermento político que havia por trás do movimento literário. A revolução de 30 – diz o autor – chegou a São Paulo com oito anos de atraso,

De acordo com as palavras expostas no próprio Manifesto, sem “o conhecimento das verdades que exprimiam essa originalidade, o Brasil teria que se afastar do seu próprio destino: desnacionalizar-se” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.389). Nesse sentido, esta

ofensiva de inteligências, urgente e imprescindível, parte de S. Paulo como consequência de seu espírito perpetuamente renovador e como corolário da revolução intelectual que desencadeou em 1922, provocando então, uma violenta revisão de todos os processos de arte e estendendo o seu inquérito aos conceitos e preconceitos dominantes... O abalo fecundo, provocado por essa revolucionária investida intelectual que se processou, depois, em todos os centros da atividade brasileira, destruiu a velha mentalidade literária e criou a possibilidade de se erguer, num campo espiritual mais aderente à nossa realidade política, artística e mesmo econômica, a estrutura vitoriosa e forte de um Brasil novo (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.391).

Os intelectuais reunidos em torno do movimento sempre defenderam a tese de que o Brasil tinha de encontrar o seu caminho, como fizeram os bandeirantes, ou seja, nossa “democracia tinha que nascer em nossa terra” (MONTEIRO: 2003, p.88). Pois, segundo o Manifesto, “esta Bandeira reunirá, em cooperação harmoniosa, todas as inteligências criadoras contra todas as concepções alheias ao clima do nosso espírito e contrárias as finalidades nacionais” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.390). Esta Bandeira é “um movimento de legítima defesa destinado a salvaguardar a expressão original da alma brasileira e a fixar nossa unidade espiritual, sem a qual não haverá unidade política” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.390). Não deixando de lado a importância de São Paulo para a orientação dos caminhos da Nação, o Manifesto define o movimento – assim como as Bandeiras históricas – como fruto da “arrancada da mentalidade paulista para a fixação e defesa das fronteiras da Pátria” (Manifesto do Movimento Bandeira *In*. MONTEIRO: 2003, p.392).

Os que defendiam a Lei de Segurança Nacional afirmavam que para dar ao povo democracia é necessário dar ao povo segurança. Esta situação teve seu desfecho no golpe de 1937 (CAPELATO: 1980), onde uma das justificativas para o golpe foi que ele viria a salvação do país da desintegração. Essas teses já estavam expostas no livro *O Brasil no Original* de Cassiano Ricardo e reafirmadas novamente no Manifesto ao Movimento Bandeira e no livro *Marcha para Oeste*: somente um Estado Forte manteria a unidade do país. Os defensores da Lei alegavam que a Revolução de 1930 livrara o país das “oligarquias decadentes e retrógradas” e dos “políticos corruptos”, e que mais tarde, o golpe venceria definitivamente o comunismo e formaria uma grande Nação. Segundo Capelato (1998) essa pretendida “sociedade feliz” concretizara-se no Estado Novo e essa “felicidade brasileira oficial” passou a ser revivificada em todas as datas

cívicas por meio de festas promovidas pelos órgãos de cultura e imprensa controladas pelo regime.

O ano de 1939 marca seu retorno ao Rio de Janeiro, onde passa a trabalhar na elaboração de *Brasil Novo*, revista em rotogravura do Departamento Nacional de Propaganda, órgão diretamente ligado ao Governo Federal. Dessa revista saíram apenas quatro números. Também colabora com a publicação de mais uma revista literária chamada *Planalto* (1939). No mesmo ano Cassiano retorna a São Paulo para assumir a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP).

Segundo Codato e Guandalini (2003) após o golpe de 37 o regime percebe que era necessário a adoção de diretrizes de alcance doutrinário e prático a fim de edificar a nova ordem institucional implantada no Brasil depois de 10 de novembro. Entre as medidas práticas que fossem capazes de tutelar todas as manifestações da vida nacional, formou-se uma “máquina de propaganda”, segundo os autores, um “delicado e precioso aparelho” que deveria ser operada por poucos intelectuais, encerrados num gabinete, sob uma direção bem controlada, para organizar o material necessário de publicidade do regime. Os autores consideram que para a “máquina de propaganda” os responsáveis não se preocuparam com digressões doutrinárias, de tiradas filosóficas sobre teorias do Estado e outros temas “indigestos”, pois os “princípios” do Estado Novo deveriam ser sistematizados, de forma instrutiva e acessível para “o uso do povo”.

Um ano após o golpe essa proposta se concretiza em torno do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Codato e Guandalini (2003) nos lembram que o DIP “coordenaria as três frentes básicas em que se desdobrava a ação do Estado no campo ideológico: propaganda oficial do governo/promoção pessoal do presidente; censura; e divulgação cultural” (p-1). Essas três funções, difusão/repressão/educação, de acordo com a complexa organização do departamento e dos diferentes aparelhos de produção/divulgação das idéias do regime, bem como dos seus produtores – os intelectuais – cumpriam o papel de difundir a doutrina a um público heterogêneo.

Na concepção de Lenharo (1986) a máquina de propaganda após 37, se expande e se aperfeiçoa, consoante a adoção de novos elementos essenciais à sua implementação e, cada vez mais direcionada para atuar como máquina de dominação. Segundo o autor, Vargas em inúmeras oportunidades, chamou a atenção para o papel da imprensa e dos meios de comunicação como dispositivos de controle e mudança da opinião pública. A partir do momento que o DIP passou a ficar subordinado diretamente à presidência da República, teve como responsável Lourival Fontes, e com o apóio direto de Cândido Mota Filho e Cassiano Ricardo.

Uma das principais ferramentas de propaganda foi o rádio. Segundo Lenharo (1986) o rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de uma imaginação homogênea de comunidade nacional. Essas ferramentas foram de suma importância para a divulgação do projeto de marchar para o Oeste, pelo interior do país. Em 31 de dezembro de 1937 durante a transmissão radiofônica da mensagem de fim de ano a nação, o chefe de governo do Estado Novo, Getúlio Vargas, lança o programa Marcha para o Oeste, sendo este a representação do verdadeiro sentido de brasilidade. Trubiliano e Martins Junior (2008) avaliam que durante a saudação de fim de ano ao povo brasileiro o presidente Getúlio Vargas conclamava os brasileiros a rumarem para o Oeste em busca de oportunidades e descoberta de um novo Brasil que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, encontrava-se agora esquecido. Nas palavras de Vargas, o

verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (“No limiar do ano de 1938” Apud. Trubiliano e Martins Junior (2008) In: VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. RJ: Livraria José Olympio Ed, 1938, volume V, p.124)

Segundo as avaliações de Trubiliano e Martins Junior (2008), na perspectiva ideológica do governo Vargas, “um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração das várias regiões do interior do país, bem como a exploração de suas riquezas. Integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política” (p-2). A campanha contou com a adesão de vários intelectuais, dentre eles juristas, jornalistas, escritores, poetas e o detentor da cadeira 31 posição quatro da Academia Brasileira de Letras: Cassiano Ricardo.

A versão apologética da “raça de gigantes”, segundo Trubiliano e Martins Junior (2008), foi uma das imagens mais trabalhadas, principalmente o modelo proposto por Cassiano Ricardo em suas obras. Cassiano Ricardo pode ser considerado um Intelectual a serviço do Estado? Para Kátia Maria Abud (1985), Cassiano não manteve elos com a elite política paulista, a não ser os literários, não pertenceu aos partidos políticos, nem ao PRP (Partido Republicano Paulista) nem ao PD (Partido Democrata), mas apoiou o governo Vargas, do qual se tornou quase que um porta-voz. Preconizou em suas obras um governo forte, de caráter popular e eminentemente brasileiro. Cassiano Ricardo, que em sua obra *Marcha para Oeste* – que trata sobre a influência da bandeira na formação social e política do Brasil – irá estabelecer uma releitura das bandeiras paulistas do século XVII para legitimar a política varguista de dominação, ocupação e integração do sertão brasileiro. Que foi segundo os autores um esforço por parte do autor e do Estado em definir e nacionalizar as suas fronteiras.

Segundo Trubiliano e Martins Junior (2008), a condição de aliado e propagandista do regime, Cassiano Ricardo produziu suas pesquisas históricas, centrando seus estudos nos possíveis elementos definidores da cultura brasileira e suas implicações na esfera política atual. O tema da relação cultural e do poder político sempre suscitou acalorado debate entre representantes do poder e produtores de cultura. A relação política/cultura e o grau de autonomia da produção cultural configurada no Estado Novo estabeleceram uma perspectiva comum a respeito do papel do Estado, ou seja, a defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social (CAPELATO: 1998). No Manifesto do Movimento Bandeira fica clara a opção pelo papel dos intelectuais, pois será

essa a melhor forma de se dar um sentido social á atividade dos nossos intelectuais. Ao lado das outras formas de colaboração espiritual, como as realizações científicas em que o Estado se empenha através de sua Universidade, exercerão eles a missão que lhes cabe, através das suas obras de pensamento e de criação (Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO: 2003, p-390).

Capelato (1998) considera que os ideólogos estadonovistas alegaram que o Estado Liberal separara o homem – cujo domínio é o da cultura – do cidadão – cujo domínio é o da política. Já a proposta dos intelectuais estadonovistas defendiam a necessidade de unificar as esferas política e social através do estabelecimento de uma “cultura política”. A autora avalia que, no Estado Novo

a função do artista foi definida como socializadora em nível nacional e unificadora em nível internacional. Deveria cumprir a missão de testemunho do social, que em muito ultrapassa a mera veiculação da beleza. A arte vinculava-se ao nacional... a arte voltava-se para fins utilitários em vez de ornamentais e, por meio dela, buscava-se ampliar a divulgação da doutrina estadonovista (CAPELATO: 1998, p.103)

Os ideólogos do Estado Novo – principalmente Cassiano Ricardo – procuraram vincular a revolução literária dos anos 20 à revolução política do Estado Novo, pelo fato de que a primeira combatera os modelos externos no plano da cultura e a última o fizera no plano das idéias políticas. No Manifesto do Movimento Bandeira, antes mesmo de 37, esta relação já era esboçada, pois segundo o manifesto, o Movimento Modernistas de 22 possibilitou o “abalo fecundo, provocando por essa revolucionária investida intelectual que se processou... em todos os centros de atividade brasileira... e criou a possibilidade de se erguer... a estrutura vitoriosa e forte de um Brasil novo” (Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO: 2003, p-390). No entanto, Capelato (1998) avalia que na verdade, a herança modernista no interior do estadonovismo foi bastante delimitada, recuperando, apenas, a doutrina de um grupo: a do “Anta” ou “verdeamarelo”, movimento integrado por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado. Como podemos perceber em parágrafos acima, Cassiano Ricardo além de ter uma produção literária identificada com os ideais do regime, também ocupou postos-chave no aparelho do Estado, produzindo e divulgando essas idéias. A autora considera que em “torno da cultura popular e da busca de brasilidade, essa corrente literária adepta do Estado Novo procurou consagrar a tradição, os símbolos e os heróis” (CAPELATO: 1998, p.121).

No mesmo manifesto citado acima fica clara que para “se tornar útil... essa atividade intelectual é mister que seja orientada pelos mais puros princípios de nossa tradição e de nossa história” (Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO: 2003, p-390). A tradição dará o caminho para a criação de “todo pensamento em função social” e a história dará a “inspiração e o prestígio de seus exemplos, ligando o sentido da hora atual ao sentido imperecível da obra realizada pelos gigantes que destruíram o muro de Tordesilhas e modelaram a fisionomia territorial do país” (Manifesto do Movimento Bandeira. In. MONTEIRO: 2003). Recuperando os míticos “heróis geográficos” de *Martim Cererê*. Segundo Capelato (1998), a visão crítica assumida por alguns modernistas em torno do popular e do nacional aos poucos “foi substituída pelo ufanismo e, dessa forma, a versão macunímica do ser nacional, que resulta na dessacralização do herói, cedeu lugar à versão mítica e apoteótica da ‘raça de gigantes’ criada pelo grupo verde-amarelo” (p.122).

Capelato (1998) considera que a política de massas neste período produziu a construção de uma identidade nacional coletiva que, por sua vez, gera uma nova forma de sensibilidade política. No que se refere a idéia do “herói” e da “raça de gigantes”, a autora avalia que no Estado Novo, incentivou-se o sentimento de agregação e pertencimento a uma terra grandiosa e farta, que deveria produzir orgulho nos seus

filhos, pressupostos longamente utilizado em obras de intelectuais nacionalistas ligados ao governo, entre eles Cassiano Ricardo. É a busca de dar continuidade a uma preocupação que surgiu na década de 1920, ou seja, de procurar conhecer o Brasil para identificar seus problemas, realizando esforços no sentido de mapear o país, retratá-lo, documentá-lo, fotografá-lo, com o intuito de apresentar o Brasil para os brasileiros. Neste sentido, todas as atividades do novo governo eram registradas e conseqüentemente transformadas em material de propaganda política para dar conhecimento ao povo da operosidade do Estado em relação ao progresso material.

No que concerne ao caráter autoritário dessas experiências, elas apresentam como particularidade a política de massas voltada para a mobilização social através da imprensa e dos órgãos institucionais. O modelo utilizado pelos agentes da imprensa, segundo Capelato (1998) foram inspiradas nas experiências nazi-fascistas, tanto no que se refere à forma de organização da propaganda como nas mensagens e nos apelos realizados com o intuito de sensibilizar o receptor para práticas políticas de sustentação do poder. Possibilitando – através de um conteúdo carregado de carga emotiva – a obtenção de respostas no mesmo nível, ou seja, reações de consentimentos e apóio ao poder. A autora conclui que a

propaganda política vale-se de idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos... Nesse terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas (p.36).

Continuando nossa avaliação sobre os mecanismos de dominação durante o Estado Novo, Capelato (1998) considera que a Revolução de 1930 preparou o terreno para o advento de uma nova cultura política, que se definiu principalmente pelo redimensionamento do conceito de democracia, norteadas por uma concepção particular de representação política e de cidadania. Junto a esse novo elemento a revisão do papel do Estado se completou com a proposta inovadora do papel do líder na integração das massas e a apresentação de uma nova forma de identidade nacional, onde a substituição da identidade individual própria do liberalismo pela identidade nacional coletiva correspondente à idéia/imagem da “sociedade unida e harmônica”, guiada por um único líder e condutor das massas. Segundo a autora, o caráter autoritário da propaganda veiculada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural tinha como objetivo conquistar os “corações e mentes”. O governo organizou a montagem de um sistema propagandístico, com técnicas sofisticadas de comunicação com objetivo político de canalizar a participação das massas na direção imposta por esses regimes, tendo como intuito apresentar a construção de uma sociedade unida e harmônica.

Segundo Capelato (1998), “a palavra dos teóricos é especialmente importante para animar politicamente as imagens, os gestos, os ritos... O discurso ideológico funde-se num magma confuso que integra, por pedaços, páginas esparsas da cultura do país” (p.47). A autora avalia que os intelectuais no início do século XX consideravam o povo brasileiro inapto para a participação política – a grande massa de analfabetos servia de reforço para esse argumento – os ideólogos do poder, passaram a organizar o Estado pelo alto, tendo a preocupação em ganhar o apóio das elites, consideradas peças importantes na construção de um novo país. Entre muitos deles, era comum a preocupação de construir o “sentido de brasilidade”, retornando às “raízes do Brasil” para forjar a idéia de unidade nacional de um grande país.

Os intelectuais brasileiros, se auto-alegaram “consciência iluminada da nação”, na expressão de Pimenta Velloso (1987), nos anos 30, passaram a direcionar sua atuação no âmbito do Estado, identificado como representação superior da idéia de Nação. No Manifesto do Movimento Bandeira esse papel confiado aos intelectuais é afirmado, pois “deverá existir um pensamento superior pairando acima de todos os pensamentos. Será o ponto de referência, o denominador comum das nossas atividades intelectuais... artísticas ou especulativas” (In. MONTEIRO: 2003, p-392). Esse pensamento superior também será responsável pelo “policiamento do espírito contra as idéias dissolventes que penetram na intimidade do nosso destino trazidas no bojo dos livros ou no veículo das filosofias importadas” (In. MONTEIRO: 2003, p-392). Elementos – liberdade e autoridade – segundo Cassiano Ricardo eram tipicamente comum na Bandeira histórica, passam a ser ratificados com a promessa de que a reforma política seria feita com introdução de uma democracia autoritária capaz de promover o progresso econômico e a ordem social.

Seguindo o ponto de vista de Corrêa (1976), em *Martim Cererê* temos o mito e a imagem recolhida pelo poeta na marcha fabulosa das bandeiras, onde a concepção de Sertão a dentro e ir para o Oeste se igualam em sentido. Dir-se-ia que o ensaio *Marcha para Oeste* é o *Martim Cererê* despojado da fábula, a realidade vista pelo sociólogo, depois de sido trabalhado liricamente pelo poeta, ou seja, é o estudo aprofundado e ampliado dos temas de *Martim Cererê*, onde o autor expõe em prosa a “épica atividade das bandeiras paulistas” (MONTEIRO: 2003, p.105). E isto não é fábula, afirma Ricardo em prefácio da 4ª edição, e continua “direi aos que lerem esta quarta edição. Muitas passagens bandeirantes poderão ‘parecer’ que são fábulas. Por excederem ao normal dos feitos humanos, como num poema homérico” (RICARDO: 1970, p-26). Em *Marcha para Oeste* Cassiano Ricardo da continuidade a crítica contra as deformações dos “estrangeirismos”, o autor considera que tais deformações iniciaram quando os portugueses impuseram para a sociedade do interior as Ordenações de Reino. Após o período do bandeirantismo histórico, já na Primeira República, estas deformações se aprofundaram ainda mais com o liberalismo adotado pelos republicanos. Segundo Ricardo (1970), o “chefe assume seu posto por conta própria e é tacitamente aceito, ou o faz por ato revolucionário” (p-32). Segundo os autores, a Nação proposta por Cassiano Ricardo deveria concretizar-se no interior do Brasil, lugar de gênese do *proto* Estado nacional.

Lenharo (1986) avalia que tanto na obra de Ricardo, assim como no projeto de ocupação do interior baseada no bandeirantismo histórico o regime procurava afirmar que a Nação em marcha poderia descobrir sua selvageria tropical cromática e a sua qualidade natural própria. Em Ricardo isso era notório visto que a cor significava particularmente vida, onde o encontro das cores raciais – o branco, o índio e o negro – que já fora “cantado” em *Martim Cererê* expressava o início de uma nova grande civilização. Segundo Lenharo (1986), em Ricardo a natureza forjou no brasileiro a propensão para a solidariedade democrática, pois a marcha cultural e colorida compreende a mistura das tintas raciais. Através da fórmula elaborada por Ricardo, isto é, a imagem plástica na Nação em movimento, poderíamos tecer análises bastante importantes se fossemos falar sobre os conceitos de Identidades ou de Comunidade Imaginada. A Nação foi repensada no momento em que a premissa de que a Marcha para o Oeste foi proposta como meio de corrigir e direcionar a linha histórica brasileira para um ponto final necessário, ou seja, o Estado Novo como condensador dos interesses da Nação.

Acompanhando o raciocínio de Lenharo (1986), o movimento bandeirante na visão de Ricardo constitui-se a partir da noção de um Estado em miniatura, uma projeção de um Estado embrionário que visava construir e consolidar uma nova Nação. Neste sentido, o autor considera que na obra de Ricardo o “Estado Larvar” da bandeira nasce concretamente da necessidade de defesa contra os perigos do inimigo comum que a rondam, ou seja, o estrangeiro e o comunismo primitivo das sociedades indígenas. Desta forma, a luta comum idealizada pelo escritor forjou uma solidariedade social entre as diversas raças integrando-as “numa só alma – obediente a firme unidade de comando” (p-62). Nesta fusão proporcionada pela Bandeira, a solidariedade e a hierarquização das cores raciais fermentam a democratização “social e biológica” da comunidade em movimento. Velho (1979) considera que a figura do bandeirante foi a mais vistosa das figuras produzidas por essa idealização da expansão da fronteira.

Ricardo arquiteta a idéia de que a Bandeira proporcionou uma democratização pela mestiçagem, onde três traços psicológicos formam a trama social do grupo em movimento: comando, obediência e movimento. As “relações de obrigação” segundo Ricardo são necessárias para investigar a sua organização social, e como eram distribuídos os papéis e conhecidos o *status* dos três elementos. Neste sentido, “interagindo, procurando manter sempre viva a solidariedade grupal, o consenso, a disposição para a ação conjugada e os sentimentos comuns” (RICARDO: 1970, p-28) a bandeira pôde definir as fronteiras da nação.

Segundo Velho (1979) essa “hierarquização funcional” era precedida “por um ‘espírito de cooperação’ que permitia o desenvolvimento de todos. E isso seria diferente da organização ‘feudal’ das *plantation*... A *plantation* representava o poder conservador, enquanto que a bandeira representava a revolução onde sairia a democracia” (p-143). O autor avalia que na obra de Ricardo a “bandeira, como o Estado, é uma espécie de extensão da família. E o chefe da bandeira uma espécie de pai de todos” (p-145). A analogia entre a Bandeira histórica e o Estado Novo é clara, ambas autenticamente brasileiras e não importadas, e como afirmam Velho (1979), através “da ‘democracia hierárquica’ ambos tem que enfrentar e submeter o ‘feudalismo’ (no caso do Estado Novo o coronelismo) e o comunismo... E ambos têm um território a conquistar ou ocupar” (p-146). Essa democracia social que pôs fim ao feudalismo e ao comunismo só se tornou possível devido, segundo Cassiano Ricardo, à constituição familiar peculiar às bandeiras.

Do mesmo modo, segundo Trubiliano de Martins Junior (2008), na obra ricardiana, é na bandeira, que o cabo-de-tropa concentra poderes ao assumir o papel de chefe de família, substituindo “o cacique e o senhor feudal”. No mesmo sentido que o chefe de Estado deveria concentrar todos os poderes, em razão de alguns atributos e qualidades pessoais, e assim, está pronta a analogia entre o chefe de família bandeirante e o chefe de Estado nacional. Segundo Capelato (1998), o lema “Marcha para o Oeste” transformou-se em um símbolo forte do Estado Novo tendo como base ideológica o pensamento de Cassiano Ricardo aprofundado em seu ensaio *Marcha para Oeste*. Segundo a autora, esse estudo trata da política de integração nacional a partir das Bandeiras paulistas como modelo a ser seguido no presente. Segundo Velho (1979),

ideologicamente a Marcha para Oeste do Estado Novo foi da maior importância no estabelecimento de uma ponte com o movimento bandeirante e uma reencenação dele através do cultivo de um “espírito bandeirante”. Agora o território tinha que ser definitivamente ocupado... E a ênfase de C. Ricardo sobre a pequena propriedade como sendo característica do bandeirante estabelecido... em contraste

com a grande propriedade “feudal”, também determina o tipo de ocupação que tinha em mente e que completaria o quadro (p-146).

Dando continuidade as avaliações de Capelato (1998), durante o Estado Novo, o discurso propagandístico apontava o interior como depositário das energias da nacionalidade, visto que a *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, indicava a necessidade de conquista de um espaço vazio, considerado vital para a integração econômica, política e cultural do país.

No que concerne a composição dessa identidade exigiu-se uma releitura do passado, onde o bandeirante foi a grande figura recuperada como símbolo que representava o elemento nacional. Marchar para o Oeste representava na obra de Cassiano Ricardo, assim como para o Estado Novo a continuação da epopéia das Bandeiras (CAPELATO: 1998). A figura do Bandeirante paulista emergia como o responsável por desbravar o sertão e delinear as fronteiras do Brasil, assim encontrando o conjunto de características capazes de contrapor os elementos pertencentes ao interior heróico ao do explorador das riquezas do litoral. Segundo Velho (1979), em Ricardo a “sociedade agrária da *plantation* que se estabeleceu no litoral tornou-se ‘feudal’, ao passo que a sociedade bandeirante que possuía em São Paulo a sua base, buscava novas soluções” (p-142). Segundo Capelato (1998), nesta imagem idealizada e trabalhada por Cassiano Ricardo, o português foi identificado como o primeiro estrangeiro a localizar-se no litoral com fins de exploração.

O nacionalismo estadonovista, na concepção de Capelato (1998), foi comum enfatizar as características da comunidade brasileira forjadas num tempo de longa duração, onde a história subordinava-se à índole original do povo/nação e, nessa perspectiva, o passado estava contido no presente visto como desdobramento de uma vocação. Segundo a autora, o estudo do passado voltado para o reconhecimento da tradição/vocação do Brasil levou alguns historiadores a identificar características básicas do povo brasileiro. Essa perspectiva estava presente no pensamento de Cassiano Ricardo, pois o autor avalia a situação atual do Brasil como uma nova etapa na marcha bandeirante rumo a conquista de interior do território e na formação de uma nova civilização. Nesta perspectiva, a realização da nação brasileira enquanto projeção para o futuro dependia de vários fatores, entre eles: o caldeamento étnico, a integração territorial, centralização do poder político, reconhecimento da autoridade estatal em todos os cantos do país, comunhão cultural e religiosa do povo.

Segundo Velho (1979), o livro *Marcha para Oeste* “possui a maioria dos elementos de um mito e muitas subestruturas de mito podem ser distinguidas. E é claro que tudo tem a ver com a justificação e legitimação do autoritarismo estatal. Na verdade, trata-se de uma espécie de mito de origem do autoritarismo” (p-145). Para Trubiliano e Martins Junior (2008) ao reportarem a obra de Ricardo avaliam que o lema era que novas bandeiras se organizassem para ocupar o Brasil Central. Os autores notam um vínculo nuançado pela distinção que o autor estabelece entre o bandeirante no tempo e o bandeirante no espaço, isto é, entre a Bandeira no sentido histórico e a Bandeira no sentido social. Lançando mão das palavras do próprio Ricardo ao afirmar que “se a bandeira tem um limite no espaço, ela não o tem no tempo. Terminada a marcha para o país, refluíu à bandeira em marcha para a nacionalidade” (RICARDO: 1970, p-21).

Segundo Lenharo (1986) Ricardo alcança inapelavelmente a indústria paulista através de um esquema linear de evolução histórica do país, pois é do planalto paulista que descem as bandeiras que povoarão os espaços da mineração e farão a ocupação da

hinterland brasileira. Nesta construção discursiva, ocorre uma evolução contínua, pois São Paulo bandeirante também será a São Paulo do café, e depois a da indústria. A marcha dos cafezais reedita a tarefa desbravadora dos bandeirantes do século XVII e XVIII fortalecendo as Frentes Pioneiras com a instauração das pequenas propriedades. Neste sentido, Ricardo procura – no plano discursivo – devolver ao estado de São Paulo o lugar de onde deveriam emanar as diretrizes e orientações econômicas e políticas, pois só em São Paulo é que o progresso predestinadamente poderia avançar via industrialização (RICARDO: 1970). Este é um golpe nas tensões entre o poder regional e o poder central, pois Ricardo acaba por alinhar os interesses paulistas aos interesses do Governo Federal a partir da figura do bandeirante. O Estado Novo buscou agir contra o regionalismo de alguns Estados indicando seus interventores, pois o autoritarismo propunha a centralização das decisões econômicas e políticas.

Considerando que a expansão das fronteiras interna pretendia criando um especial clima de participação política, o regime reforça suas próprias formas de comunhão sob o *slogan* da Marcha para o Oeste. Segundo Lenharo (1986) a “Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha junta pelas próprias forças em busca de sua concretização” (LENHARO: 1986, p. 56). Nesta proposta estatal de colonização, pode-se perceber como é clara a filiação entre os “Gigantes de Botas” que levam as fronteiras nos pés esboçado no poema *Martin Cererê* e reafirmado pelo comando do chefe da bandeira exposto no ensaio *Marcha para Oeste* de Ricardo, ou seja, a predestinação histórica de caminhar para o interior sob o comando forte a procura do elemento nacional.

Segundo Lenharo (1981) o redirecionamento político e suas modulações encontram-se gravados no discurso da proclamação da “Marcha para o Oeste” pronunciado na passagem do ano de 1937 para 1938. Vargas anuncia a que ela veio consolidar definitivamente os alicerces da nação. Neste bojo a criação da brasilidade repousava numa proposta que combinava colonização e industrialização. Segundo o autor, esse é o conceito que Vargas cunhou de “imperialismo brasileiro”, agente construtor da nação através do casamento das fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O imperialismo brasileiro consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a integração das regiões remotas ao Estado Nacional.

Alcir Lenharo (1981) ao avaliar a retórica Marcha para o Oeste e defender a tese de que ela foi construída para evoluir da lenda para o da legenda, do mítico pára o simbólico, as regiões do interior se tornaram espaços férteis de fantasia e emoção, ou seja, estes eram

instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação hegemônica e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do Oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformado e gerado de riqueza; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixa o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionasse as relações sociais de acordo com a orientação política vigente de transformação do Oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o “novo” implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida (p-18).

A integração territorial como discurso ideológico defendia que somente assim o Brasil se encontraria consigo mesmo. Esta construção discursiva pretendia reorientar a paisagem social da Amazônia, do Mato Grosso e de Goiás para acelerar a ampliação do mercado interno e absorver a crescente produção industrial, pois segundo Lenharo (1981) para o regime somente assim poderia resolver a questão do desenvolvimento econômico. Por outro lado, o autor considera que a estratégia de colonização armaria um cerco ao latifúndio, pois apoiar a pequena propriedade iria minar a velha ordem latifundiária, e aos poucos instaurar a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia. Vargas alude à necessidade de se mobilizar os capitais nacionais para que operassem dinamicamente “na conquista das regiões retardadas”. Era necessário unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção, tanto agrícola, quanto industrial.

Cassiano irá fundamentar sua obra sobre o bandeirismo muito mais nas pesquisas e escritos de outros como Afonso de Taunay, Paulo Prado e Alfredo Elias, do que em informações que ele próprio colhe em fontes, seguindo esta colocação, Trubiliano e Martins Junior (2008), consideram que Ricardo conseguiu redimensionar a significância do conhecimento que aqueles escritores tinham elaborado, isto é, o ideólogo lançou mão desses conhecimentos, reelaborando-os para as contingências. As principais influências eram ligadas à elite paulista revolucionária de 1932, e já haviam dimensionado o bandeirante como símbolo de uma “Raça Paulista” hegemônica, e conclamava os paulistas a lutarem pela reivindicação de autonomia dos Estados na federação brasileira. Cassiano cria a “Raça Cósmica”. Os valores que Ricardo destacou desse pensamento serviram para pensar a Bandeira como gênese do Estado Novo, com o intuito de integrar São Paulo – o maior contestador do centralismo de Governo – ao ideário do regime instaurado pós-37. Ricardo se apropriou do principal símbolo – o Bandeirante – para afirmar que os paulistas eram os defensores históricos do Estado. Ao dar esse novo significado, Trubiliano e Martins Junior (2008), consideram que não se tratou apenas de afirmar a importância – política, econômica e intelectual – que o estado tinha, mas também de levá-lo a aceitar os novos valores impostos pelo sistema de governo, os quais, Cassiano Ricardo procurou demonstrar que existiam desde muito antes em São Paulo.

Para a solução desse impasse, Trubiliano e Martins Junior (2008) percebem que Cassiano propôs outro sentido a Bandeira. Para os autores, Ricardo destacou os valores que serviam para pensar a Bandeira como a gênese do Estado Novo e o que ele procurou no conhecimento histórico produzido anteriormente foram os elementos que possibilitavam a transposição do advento da Bandeira para o presente. Dentre eles, a concentração de poder nas mãos do chefe da bandeira, a expansão geográfica e a integração, além da miscigenação, como instrumento de democratização. Assim, Trubiliano e Martins Junior (2008) concluem que o “mesmo símbolo de luta pela autonomia dos estados mais ricos, se transformou mediante a análise de Ricardo no símbolo da unidade nacional, o bandeirante deixou de ser o símbolo paulista, por excelência, para se transformar num símbolo nacional” (p-6).

O seu segundo ensaio – *Marcha para Oeste* (1940) – na opinião de seus críticos, marcou as obras em prosa de Cassiano Ricardo. A “Marcha” ao lado de o *Pequeno Ensaio de Bandeirologia* (1956) e o *Homem Cordial* (1959) procuraram dar sentido a sociedade brasileira lançando mão de uma vasta bibliografia para justificar posições do autor em relação ao nacionalismo e ao passado-presente. Este conjunto de textos

procura tratar especificamente da influência da Bandeira na formação social e política do Brasil contemporâneo

Monteiro (2003) nos lembra que a *Marcha para Oeste* é o estudo aprofundado e ampliado de um tema já “cantado” em *Martim Cererê*. Ferreira (1970) já apontava a mesma análise, na concepção de que, o que se ensaia em *Martim Cererê* se completa em *Marcha para Oeste* e vice-versa, ao menos quando se fala de heróis, visto que o bandeirante é o homem bíblico multiplicado: futuro, presente e passado. Neste sentido, há dois elementos que logo se impõem a análise do pesquisador, a sutileza do espírito que vai buscar no gênio das três “raças” as origens do mito,

Esta é outra tese do livro, uma das bases do seu estudo, e partindo daí para demonstrar, que a bandeira foi o nosso primeiro ensaio de auto-governo, o que vale dizer, o “berço da democracia no Brasil”. A Bandeira não preparou apenas a base física do Estado brasileiro, pela expansão geográfica, para preparou a formação política e social brasileira pela prática do *self-governmet*. Cassiano Ricardo explica que esse é um fato social “constante e especial do planalto de Piratininga”. Socialmente proveio de um pequeno grupo que vivia sob o regime da pequena propriedade e da policultura às portas do sertão, nos arredores de Piratininga. A “democracia rudimentar” do planalto criada por Ricardo, segundo as concepções de Tubiliano e Martins Junior (2008) foi atraída para o modelo de auto-organização em face do isolamento em que vivia.

Lenharo (1986) ao avaliar a tese de “democracia sentimental” brasileira também exposto na obra de Cassiano Ricardo, percebe que ela reporta ao devotamento que o pensamento romântico alemão procura construir. Segundo o autor, Cassiano Ricardo descerá fundo na elaboração de uma relação afetiva entre o comandante e os seus subordinados na bandeira, sempre com os olhos postos no Estado Novo. Seguindo esse argumento, as coloridas relações de afetividade entre os brancos, negros e índios arquiteta o conjunto unitário da sociedade e a idéia orgânica de Estado democrático, fundamentado sobre as relações pessoais entre governantes e governados. Teses muito úteis para a legitimação do governo instaurado em 37. Para Lenharo (1986), o artifício utilizado por Ricardo fica evidente, pois o ideólogo parte do pressuposto de que o brasileiro gosta de imagens populares, “seivadas de sentimentalismo – o terreno fundante da democracia brasileira – conteúdo explicador e justificada da sua cidadania... uma experiência emocional que adstringe a esse nível de participação política” (p-55).

Acompanhado o raciocínio do autor, a “cruzada” da Marcha para o Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui-se num exemplo da fabricação de imagens de nação unida em um mesmo propósito. Elaborada crucialmente na virada do ano novo de 38, pouco depois do golpe, e retratada cuidadosamente nos anos seguintes, a Marcha para o Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças, onde as Bandeiras paulistas foram um prenúncio do que o Estado Novo procurava consagrar naquele instante. Ou seja,

Ricardo mitifica no passado o que lhe tornaria dificultoso acentuar no presente. A solidariedade social, o espírito cooperativo, dinamismo da ação individual direcionada socialmente, a mestiçagem intensa e a não existência de preconceitos, sentimentos opostos remetidos a uma só direção, o caminhar juntos ao mesmo rumo psicológico, a integração de todos numa só alma – são apreciações muito mais voltadas para o querer do presente do que realmente considerações historicamente aferíveis no passado (LENHARO: 1986, p-63).

Nestes parâmetros, a construção idealizada de Ricardo reivindica para a Bandeira, constituir-se na miniatura do Estado Novo no passado, já que a sociedade bandeirante do planalto foi projetada acima dos conflitos de classe e pensada como modelo para o presente.

A “invenção” bandeirante cinge-se ao domínio do destino, visto que sem a Bandeira o Brasil não teria existido e instintivamente ela engendrou as marcas condicionadoras da organização do poder moderno. Sem esquecer que a inteligência do bandeirante era imaginativa e primava pela falta de inlelectualismo, o que facilitou o contato áspero com o sertão. O império do sentimento também se tornou um instrumento adequando para alcançar a autoridade nacional no tempo presente, onde o caminho da razão não é o mais apropriado para a revelação da originalidade do Brasil. Desta forma, no Brasil moderno também existe a necessidade de fé, autoridade, disciplina (guerreira e mítica), obediência (consciente e voluntária), hierarquia e solidariedade. Para Lenharo (1986), esses pressupostos serviram como artifício para que o Estado Novo se legitimasse através da participação indiferenciada de todos.

Segundo Lenharo (1986) o fecho do livro de Cassiano Ricardo centra sua atenção e seus elogios sobre a figura de Vargas e sua obra de democratização social. Neste contexto, o regime lança mão de recursos e esforços para divulgar a Marcha para o Oeste como uma imagem cinematográfica espetacular de todo um povo unido na construção de si e solidariamente participando da obra de integração.

Podemos pressupor que a preocupação básica de Ricardo era de evidenciar que o fenômeno bandeirante ainda se encontrava vivo reportando ao rush do café como o exército verde que conquista o sertão e a Rondon como um bandeirante militar como episódios anteriores aos projetos de ocupação do interior. Fenômeno que, como mostra Ricardo nos últimos capítulos do livro publicado na década de 70, continua no Brasil de hoje apenas sob outros aspectos, através de um neobandeirismo que se vale de todos os recursos da técnica moderna para dilatar os horizontes culturais nessa nova marcha rumo ao Oeste, ou seja, a nova Capital Brasília e a rodovia Transamazônica emergem como um símbolo contemporâneo desse movimento histórico.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO. Prefácio *In*. Cassiano Ricardo. Meu caminho até ontem (poemas escolhidos) Ed. Saraiva: São Paulo, 1995.
- CAPELATO, M. H. R. O bravo matutino: (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, M. H. R. Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.
- CODATO, Adriano Nervo e GUANDALINI, Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. Estudos históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 145-164.
- CORRÊA, Nereu. Cassiano Ricardo: o prosador e o poeta. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Notícias de Martim Cererê de Cassiano Ricardo. Editora Quatro Artes: São Paulo, 1970.
- GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.
- IANNE, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.
- LENHARO, Acir. Sacralização da Política. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 1986.
- LENHARO, Acir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1981.
- KÁTIA MARIA ABUD (1985
- MONTEIRO, Amilton Maciel. Cassiano: fragmentos para uma biografia. São José dos Campos: Univap, 2003.
- PEREZ, Renard. Centro de Estudos Brasileiros. Três Modernistas Brasileños. Mário/Oswald/Cassiano. Centro de Estudos Brasileños. Lima-Peru: Edicion Novenal, 1979.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste – a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- _____. O Brasil no Original. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- _____. Martim Cererê. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- _____. Viagem no Tempo e no Espaço: Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.
- SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio à Castelo. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SOUSA, Moizeis Sobreira de. Martim Cererê: um modelo de epopéia moderna. In Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas Dossiê: literatura, oralidade e memória PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 04 N. 01 – jan/jun 2008
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. 2ª edição - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- VELLOSO, Mônica P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.
- TRUBILIANO, Carlos Alexandre e MARTINS JUNIOR, Carlos. A Marcha para Oeste de Cassiano Ricardo: um itinerário para a nação. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Patrimônio Histórico no Século XXI”, 2008. ISSN: 978-85-61646-01-1